Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19 de setembro de 2022 (data da autorização do seu funcionamento pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades de crédito direto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.,.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Notas Explicativas nºs 7 e 13 às demonstrações contábeis, a Sociedade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas nas referidas notas explicativas. Caso tais operações tivessem sido efetuadas com terceiros, os valores de negociação poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação dos saldos correspondentes em 31 de dezembro de 2021

Conforme divulgado na Notas Explicativas nºs 1 e 2, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Bacen em 19 de setembro de 2022 e foi constituída em 04 de outubro de 2022, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto .

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades de crédito direto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

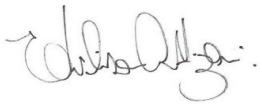
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2022
Ativo circulante		
Disponibilidades	4	435
Títulos e valores mobiliários	5	8.860
Impostos a recuperar	6	507
Outros ativos	7	37.186
Total do ativo circulante		46.988
Ativo não circulante		
Imobilizado	8	226
Intangível	9	2.445
Total do ativo não circulante		2.671
Total do ativo		49.659

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2022
Passivo circulante		
Conta pré-paga	10	1.423
Obrigações tributárias	11	923
Salários a pagar		588
Fornecedores	12	1.542
Partes relacionadas	13	39.487
Outras obrigações	14	1.608
Total do passivo circulante		45.571
Patrimônio líquido		
Capital social	15	5.000
Prejuízos acumulados		(912)
Total do passivo		4.088
Total do passivo e patrimônio líquido		49.659

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do resultado
para o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2022	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	5c	687	687
Despesas/receitas operacionais			
Receita de prestação de serviço líquida	16	9.261	9.261
Despesa de pessoal	17	(2.637)	(2.637)
Despesas administrativas	18	(7.765)	(7.765)
Outras despesas operacionais	19	(965)	(965)
Total de despesas/receitas operacionais		(2.106)	(2.106)
Resultado operacional bruto		(1.419)	(1.419)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6	507	507
Prejuízo do semestre/exercício		(912)	(912)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
para o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Prejuízo do semestre/exercício	(912)	(912)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercício	(912)	(912)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de setembro de 2022			
Integralização de capital em 19 de setembro de 2022	5.000	-	5.000
Prejuízo do semestre/exercício	-	(912)	(912)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000	(912)	4.088
Mutações do semestre/exercício	5.000	(912)	4.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
para o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre/exercício	(912)	(912)
Ajustado por:		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	687	687
Resultado bruto da intermediação financeira	(225)	(225)
Aumento das contas do ativo	(37.693)	(37.693)
Outros ativos	(37.145)	(37.145)
Adiantamentos/antecipacoes salariais	(41)	(41)
Crédito Tributário	(507)	(507)
Redução das contas do passivo	48.444	48.444
Saldo de conta pré-paga	1.423	1.423
Provisão para participação no resultado	1.267	1.267
Obrigações tributárias	597	597
Imposto de renda e contribuição social	2.873	2.873
Salários e encargos a pagar	914	914
Partes relacionadas	39.487	39.487
Outras obrigações	1.883	1.883
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.526	10.526
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.873)	(2.873)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.653	7.653
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição/ resgastes em títulos e valores mobiliários	(9.547)	(9.547)
Aquisição/ desenvolvimento de imobilizado/ intangível	(2.671)	(2.671)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.218)	(12.218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Integralização do capital social	5.000	5.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.000	5.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	435	435
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	-	-
No final do semestre/exercício	435	435
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	435	435

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 22 de novembro de 2021, os sócios da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”) realizaram a Assembleia Geral de Constituição, à qual estava sujeita à aprovação e autorização do Banco Central do Brasil (Bacen) para sua efetiva constituição e operação. Os recursos referentes a integralização do capital social foram depositados pelos sócios em conta de movimentação especial (conta vinculada) em nome da Sociedade destinada a servir como conta de custódia dos Títulos no processo de constituição da Sociedade.

Em 19 de setembro de 2022, a Sociedade recebeu a autorização do Bacen para operar e foi constituída em 04 de outubro de 2022.

A Sociedade tem como objeto social: **a)** Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; **b)** Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; **c)** Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; e **d)** Atividades de cobranças e informações cadastrais.

A Sociedade faz parte do mesmo grupo econômico da Comporte Participações S.A. e Gol Linhas Aéreas S.A. (em conjunto “Grupo”).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Sociedade em começar a operar normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade operar em 2023 e no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Sociedade.

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 11 de maio de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especificamente às sociedades de crédito direto, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Bacen:

Pronunciamentos CPC	**Resolução CMN**
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não estão sendo apresentadas, considerando que a Sociedade foi constituída em 04 de outubro de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão de contas a receber relativo aos serviços medidos a faturar, definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/21, a Sociedade realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Nesse momento, a Sociedade concluiu a fase de detalhamento e desmembramento dos macros planos, que envolvem **(i)** a elaboração de modelo de negócio para classificação, mensuração e reconhecimento dos Instrumentos Financeiros, **(ii)** a atualização das políticas internas, **(iii)** a capacitação de funcionários, **(iv)** a implementação contábil e **(v)** a divulgação nas Demonstrações Financeiras. Com previsão de conclusão das etapas necessárias para implementação da norma a partir da sua vigência em janeiro de 2025.

Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

3. Principais práticas contábeis

a) Disponibilidades

Disponibilidades são representados por caixa e equivalentes de caixa, conforme, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

ii) Operações de crédito

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18, e alterações posteriores, a sociedade de crédito direto (SCD) é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

As operações de crédito consignado iniciaram em janeiro 2023, a Sociedade passou a ser originador e cedente de créditos ofertados nas plataformas especializadas por meio da modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB").

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam: as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido.

c) Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações e representam créditos fiscais associados às retenções sobre as notas fiscais de prestações de serviços emitidas a título de antecipação dos impostos devidos e de aplicações financeiras.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. A vida útil média estimada dos ativos imobilizados está demonstrada na Nota Explicativa nº 8.

No caso das benfeitorias em imóvel de terceiros, relativas à construção e melhorias da planta operacional da Sociedade, a amortização é feita pelo prazo contratual de locação.

e) Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computadores adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada que é de cinco anos, utilizando-se o método linear.

f) Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações registradas com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a incidência de juros.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da entidade consolidada. Não são reconhecidos na demonstração, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade consolidada. Incluem as obrigações presentes da entidade consolidada, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Obrigações legais: referem-se a demandas judiciais fiscais e previdenciárias, onde ocorrem as devidas contestações relativas à legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os riscos decorrentes das ações judiciais de caráter cível são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados nas perdas históricas das ações referentes aos 12 últimos meses. Em relação aos riscos das ações de caráter tributário e trabalhista, ocorrerá o reconhecimento nas demonstrações financeiras quando for considerada provável a perda, baseado na opinião de assessores jurídicos, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Em 2022, a Sociedade não possui ativos e passivos contingentes classificados por seus assessores jurídicos com prognostico de perda possível e provável.

i) Reconhecimento das receitas

Receitas de serviços - As receitas dos serviços prestados são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência sendo faturadas à medida que os serviços são realizados.

A Sociedade reconhece como receita os valores dos serviços medidos a faturar de acordo com os contratos de prestação de serviços que preveem esta modalidade de cobrança (tarifação).

j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre o lucro tributável, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal na data do balanço:

i) **Imposto de Renda:** o Imposto de Renda é calculado à alíquota-base de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R$ 240 mil ao ano ou R$ 20 mil ao mês.;

ii) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** a Contribuição Social é calculada à alíquota-base de 20% sobre o lucro tributável.

k) PIS, Cofins e ISS

A Sociedade submete-se ao regime cumulativo de PIS e Cofins (de acordo com as leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003), aplicando os percentuais de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre suas receitas operacionais. Em relação ao ISS, Município de São Bernardo Campo, a Sociedade submete-se à alíquota de 5% incidente sobre suas receitas operacionais

l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Em cada encerramento de exercício , o imobilizado e os ativos intangíveis são revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

m) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

n) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No período findo em 31 de dezembro 2022, não houve resultado classificado como não recorrente.

o) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

4. Disponibilidades

	31/12/2022
Bancos	435
Total	**435**
Recursos próprios	326
Recursos terceiros - (conta pré-paga)	109
Total	**435**

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição do saldo da carteira

	31/12/2022
Certificado de depósito bancário	8.860
Total	**8.860**
Recurso próprio	7.449
Recurso terceiros (conta pré-paga)	1.411
Total	**8.860**
Circulante	**8.860**

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são representadas por títulos privados – Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

b) Composição da carteira

Data Vencimento	Data aplicação	Prazo	Valor aplicação	Remuneração (%)	Rentab. no período (%)	Valor em 31/12/2022
21/12/2023	21/12/2022	365	5.473	101% CDI	0,35	5.493
11/12/2023	14/12/2022	362	1.402	101% CDI	0,61	1.411
13/10/2023	13/10/2022	365	1.903	101% CDI	2,80	1.957
Total			**8.778**			**8.860**

c) Composição do resultado gerado em títulos e valores mobiliários

	31/12/2022
LFT **(a)**	532
CDB	155
Total	**687**

(a) Rentabilidade gerada pelo título vinculado ao Bacen durante o processo de autorização de 22 de novembro de 2021 a 19 de setembro de 2022.

6. Impostos diferidos

	31/12/2022
Crédito tributário sobre participação no resultado (PLR) Nota 13	1.267
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	40%
Imposto de renda e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	507

7. Outros ativos

	31/12/2022
Adiantamentos em antecipações salariais	42
Operação de milhas **(a)**	37.144
Total	**37.186**
Circulante	**37.186**

(a) Em 01/11/2022 a Sociedade celebrou um acordo mediante contrato de parceria de acúmulo de milhas com a Gol Linhas Aéreas S.A, empresa do mesmo grupo econômico da Sociedade (Nota Explicativa nº 13 – Partes relacionadas) com propósito de criar sinergia entre as empresas e agregar valor aos correntistas da conta de pagamento. Os valores referem-se a transações financeiras de milhas e o prazo de realização ocorrerá em até 10 meses.

8. Imobilizado

Movimentação	Vida útil estimada/ taxa de depreciação	19/09/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Computadores e periféricos		-	226	-	226
Total			**226**	**-**	**226**
Depreciação					
Computadores e periféricos	20% a.a.	-	-	-	-
Total		**-**	**-**	**-**	**-**
Imobilizado líquido		**-**	**226**	**-**	**226**

9. Intangível

Movimentação	Vida útil estimada / taxa de amortização	19/09/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Software		-	2.445	-	2.445
Total		**-**	**2.445**	**-**	**2.445**
Amortização					
Software	20% a.a.	-	-	-	-
Total		**-**	**-**	**-**	**-**
Intangível líquido		**-**	**2.445**	**-**	**2.445**

Os valores registrados no intangível referem-se ao desenvolvimento de soluções sistêmicas para suportar a operação da Sociedade. Esses custos serão amortizados quando os projetos forem concluídos e estiverem em produção, de acordo com a vida útil estimada.

10. Conta pré-paga

	31/12/2022
Saldo de conta pré-paga	1.423
Total	**1.423**

Corresponde ao saldo de depósitos em contas de pagamento pré-pagas de nossos clientes, efetuados através de movimentação via TED e PIX.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2022
IRRF retido de terceiros a recolher	16
CSRF retido de terceiros a recolher	49
INSS s/folha	151
IRRF s/folha	129
FGTS s/folha	46
PIS a recolher	2
Cofins a recolher	16
ISS a recolher	514
Total	**923**

Circulante	**923**

12. Fornecedores

	31/12/2022
Assessoria informática	929
Propaganda e publicidade	87
Assessoria jurídica	25
Outros	501
Total	**1.542**

Circulante	**1.542**

13. Partes relacionadas

	31/12/2022
Gol linhas aéreas S.A **(a)**	34.185
Pagol Participações Ltda. **(b)**	5.302
Total	**39.487**
Circulante	39.487
Não circulante	**-**

(a) Obrigações relativas à compra de milhas smiles, o faturamento ocorre no último dia útil do mês e o pagamento ocorre 36 dias após o faturamento, conforme Nota Explicativa nº 7.a.

(b) O valor refere-se às despesas pré-operacionais pagas pela Pagol Participações Ltda. enquanto a Sociedade estava em processo de constituição, os valores devidos serão compensados ao longo do exercício de 2023 através do rateio das despesas administrativas que a Pagol Participações Ltda pagará mensalmente à Sociedade pela utilização de sistemas e recursos humanos.

No período a Sociedade remunerou seus administradores no montante de R$ 641.

14. Outras obrigações

	31/12/2022
Programa de participação no resultado **(a)**	1.267
Obrigações por transações de pagamento	53
Compra de milhas	267
Pendências a regularizar	21
Total	**1.608**

(a) PPR – O programa de participação no resultado é uma política da Sociedade de reconhecimento dos funcionários, o valor provisionado foi pago em abril de 2023.

15. Capital Social

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 5.000 e está representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas, todas subscritas e integralizadas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Representa os montantes constituídos de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresentou prejuízo, portanto não teve constituição de reserva legal.

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendos mínimos obrigatórios e ou juros sobre capital próprio de 25% sobre lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresentou prejuízo, portanto não teve provisão para distribuição de pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

16. Receita de prestação de serviço líquida

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Serviços prestados	10.285	10.285
Total	**10.285**	**10.285**
(-) Imposto e contribuições sobre receitas		
ISS	(514)	(514)
Cofins	(439)	(439)
PIS	(71)	(71)
Total impostos	**(1.024)**	**(1.024)**
Receita líquida total	**9.261**	**9.261**

17. Despesa com pessoal

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Programa de participação no resultado	(1.267)	(1.267)
Programa de alimentação do trabalhador	(47)	(47)
Assistência médica e hospitalar	(17)	(17)
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	(69)	(69)
Previdência social - INSS	(268)	(268)
Salários	(465)	(465)
13º salário	(214)	(214)
Férias	(285)	(285)
Transporte	(5)	(5)
Total	**(2.637)**	**(2.637)**

18. Despesas administrativas

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Processamento de dados	(5.011)	(5.011)
Promoções e relações públicas	(34)	(34)
Propaganda e publicidade	(280)	(280)
Serviços de terceiros	(1.984)	(1.984)
Serviços técnicos especializados	(381)	(381)
Viagens e hospedagens	(45)	(45)
Outras	(30)	(30)
Total	**(7.765)**	**(7.765)**

19. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2022	31/12/2022
Despesas com adquirente - Merchant Discount Rat -MDR **(a)**	(965)	(965)
Total	(965)	(965)

(a) Valor referente ao custo transacional do processamento das operações de milhas.

20 Gestão de riscos

Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade expõem-na a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fraude. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, com aplicações que não tenham perfil arrojado ou caráter especulativo.

Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moeda das carteiras ativas e passivas.

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Sociedade. Além disso, o risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes.

A Sociedade está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Sociedade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira e dos valores a repassar aos estabelecimentos.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida a caixa e equivalentes de caixa.

Risco de fraude

Refere-se à possibilidade de a Sociedade sofrer ataques internos e externos com o intuito de fraudar operações. Esta utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude.

21. Eventos subsequentes

No período de janeiro de 2023 a fevereiro de 2023, a Sociedade realizou antecipação de recebíveis de parte das operações de milhas, R$ 9.607 e R$ 10.519, respectivamente.

Em 04 de janeiro de 2023, foi assinado o 1º aditivo do Acordo Comercial e Outras Avenças, a fim de incluir a Sociedade, entre as partes relacionadas do contrato que estabelece a compra e utilização de créditos de milhas Smiles pela Pagol. Será devido para as partes relacionadas do Grupo o valor unitário por milha utilizada, sendo apurado ao final de cada mês o crédito utilizado, e devendo seu pagamento ocorrer até 31 de dezembro de 2023.

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *

_____

Roger Ravel Lagel

CPF:087.694.417-90

_____

Waldir Vicente D`Agrella

CRC: 1SP 205.405/0-O